



Debt: The First 5,000 Years David Graeber

Brooklyn: Melville House Publishing, 2011. (534 páginas)
ISBN: 978-1-933633-86-2

Gostaria de iniciar essa resenha com um elogio à erudição e ao intelecto do autor e com um comentário de pesar pelo viés ideológico que ele impôs a este trabalho. Seria, no entanto, uma lástima que minha crítica ao livro fosse entendida meramente como um ataque *ad hominem* pelo fato de o autor ser um homem da esquerda. Minha tese quanto à origem dos defeitos do livro vem de Thomas Hobbes (1588-1679), para quem seria difícil fazer as pessoas concordarem que o resultado de dois mais dois são quatro, se fosse no interesse de alguém uma outra resposta a essa questão¹. Assim, não critico a obra porque o autor é da esquerda, mas porque sua afinidade ideológica se mostrou, nesse caso, mais forte que o amor pela verdade.

Primeiro, vamos descrever o livro e o que ele tem de bom e original. Esse é um trabalho que busca utilizar evidências antropológicas sobre a origem do dinheiro para chegar a uma conclusão sobre qual é sua natureza em sociedade. Nesse sentido, esse livro supre uma grande lacuna ao oferecer um sumário do conhecimento antropológico e histórico existente sobre o desenvolvimento dos instrumentos que vieram a desempenhar as funções que hoje em dia associamos ao dinheiro, qual seja, de meio de troca, de unidade de medida e de reserva de valor. Nesse livro, o autor também apresenta e adota uma das teorias sobre a origem do dinheiro e a defende contra teorias alternativas: - a teoria de que o dinheiro se originou como crédito, que é uma das versões

da Teoria Cartalista da Moeda. Os Cartalistas, iniciando com Georg Knapp (1842-1926), defendem que o dinheiro nada mais é do que aquilo que o Estado define como tal, que o dinheiro é uma “carta”, um documento. Já os que propugnam a Teoria Creditícia da Moeda, da qual Alfred Mitchell-Innes (1864-1950) foi pioneiro, defendem que o dinheiro é uma obrigação, um débito. Ambas as teorias têm em comum a ideia de que a função primordial do dinheiro é ser uma unidade de medida e que este não tem valor além daquele atribuído pelo governo. Para apoiar essa tese, o autor traz exemplos desde as primeiras sociedades na Mesopotâmia, Grécia Antiga, Índia e China, até chegar aos nossos dias e a problemas atuais que busca analisar com as ferramentas dessa investigação sobre a origem e as características essenciais da moeda; um projeto, diga-se de passagem, que, em princípio, só posso tecer elogios.

Entre as teses originais e provocativas que o autor apresenta neste livro está, por exemplo, a ideia de que a dívida pública do governo dos Estados Unidos em mãos de estrangeiros era até pouco tempo financiada, quase que exclusivamente, pelos governos e cidadãos de “protetorados militares norte-americanos” como o Japão, a Alemanha e Taiwan; e que na verdade, esses investimentos nada mais seriam do que “tributos” pagos por sua defesa e que não haveria a menor intenção, por parte dos Estados Unidos, nem a expectativa, por parte dos credores, que esses recursos fossem algum dia realmente devolvidos (p. 6).

¹ BUCHANAN, James M. **What Should Economists Do?** Indianapolis: Liberty Fund, 1979. p. 135.

Também é possível perceber no livro uma certa ambivalência do autor em relação ao Estado como um monopólio da violência; esse é um traço quase anarquista de Graeber, que se manifesta, por exemplo, em afirmações sobre as dívidas de dinheiro em sociedade que somente se fazem respeitar pelo uso da violência; como se o autor, igual a Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), estivesse saudoso de uma vida de simplicidade primitiva, quando as pessoas viviam em pequenas comunidades, trocando presentes umas com as outras e onde *“todos soubessem quem deve o que para quem”* (p. 36), sem necessidade de compra e venda de bens e serviços ou uso de dinheiro a não ser para cumprir com reparações por danos causados ou obrigações rituais e religiosas como dotes em casamentos e oferendas em funerais.

E aqui faço referência ao que julgo ser a mais grave falha do autor nessa obra: - não existe um reconhecimento da importância da divisão do trabalho para o tipo de sociedade que temos hoje e do papel crucial que a moeda desempenha na viabilização do tipo de sociedade aberta e complexa que usufruímos hoje em dia. Seguindo uma tradição clássica, Hugo Grotius (1583-1645) afirmou que a humanidade viveu, em um dado momento, em uma *“Era Dourada”* de simplicidade e sem propriedade privada; porém *“cansados de viver em cavernas e se cobrir com cascas de árvores”*, a propriedade privada e o comércio foram introduzidos na sociedade². A tal *“Era Dourada”*, pelo visto, de dourada não tinha nada, entretanto é com ela que Graeber parece sonhar.

Não quero contrapor mitos clássicos às evidências antropológicas e pesquisa histórica do autor para explicar a origem do dinheiro, mas simplesmente chamar a atenção dos leitores que David Graeber necessita mais que uma coleção de fatos para chegar a uma conclusão, por mais que sua veracidade fosse

indiscutível³; ele necessita também de uma teoria que não somente tenha coerência lógica, como seja consistente com os fatos que supostamente lhe sustentem e outros fatos relacionados que não tenham sido até esse momento falsificados, e é aqui que sua teoria preferida deixa a desejar. Na página 19, o autor afirma que a ideia com essa investigação antropológica é *“demonstrar”* que o dinheiro e a troca estão associados, em sua origem, à violência. Mesmo que isso seja verdade, e não é, essa tese pela qual Graeber escolheu explicar a natureza do dinheiro sofre de uma falácia genética. Ainda que a origem do dinheiro tenha sido essa ou aquela, isso, necessariamente, não explica melhor qual é a função que o dinheiro desempenha hoje em sociedade do que dizer que ao longo da cadeia evolutiva os pelos corporais surgiram para permitir a manutenção da homeostase térmica explica sua função prática para um ser humano moderno.

A Tese Creditícia da Moeda, como apresentada por Graeber, melhor se define em oposição à teoria da origem espontânea da moeda proposta por Carl Menger (1840-1921), e é contra ela que o autor apresenta a maior parte de suas evidências antropológicas e históricas. Porém, os fatos que preferiu desprezar são (i) que de acordo com Menger qualquer coisa que seja geralmente aceita por um certo grupo como meio para trocas indiretas é dinheiro e (ii) que a motivação para a adoção de um instrumento para trocas indiretas de mercadorias (M-D-M) é a facilitação da satisfação de necessidades individuais pela eliminação da condição de *“desejos concomitantes”* existente nas trocas diretas (Mx-My),

² GROTIUS, Hugo. *The Rights of War and Peace*. Indianapolis: Liberty Fund, 2005. vol. II, p. 426.

³ Sobre a falta de certeza no que diz respeito aos grupos sociais primitivos, Ludwig von Mises (1881-1973) escreveu: *“Nem a história, etnologia ou qualquer outro ramo do conhecimento pode prover uma descrição do que levou a humanidade dos pequenos grupos dos nossos antepassados pré-humanos para os grupos sociais primitivos, mas já com alta diferenciação, sobre os quais informação pode ser obtida através de escavações, nos documentos históricos mais antigos e no testemunho de exploradores e viajantes que se encontraram com tribos ainda hoje selvagens”* (MISES, Ludwig Von. *Human Action: A Treatise on Economics*. Indianapolis, Liberty Fund, 2007. p. 160).

quando um dos agentes tem de encontrar um outro que não somente deseje o que ele tenha para trocar como tenha alguma mercadoria que o primeiro agente deseje. Graeber, no entanto, prefere ridicularizar a ideia de que trocas indiretas são uma maneira mais eficiente de promover a especialização do trabalho (p. 34), desconsiderando todo o desenvolvimento do conceito de “custos de transação”. Ao invés disso, prefere apresentar a evidência antropológica, ou melhor dizendo, a falta de evidência antropológica, de que alguma vez uma sociedade primitiva tenha organizado suas atividades econômicas por trocas diretas. Com base nessa falta de evidência, portanto, dizer que o dinheiro evoluiu dessas trocas pela seleção de uma mercadoria que, pelos seus atributos, melhor serviria como instrumento para trocas que então passaram gradualmente a ser indiretas, é nada mais que um “mito”.

Após referir-se à ideia de que a origem do dinheiro como troca começou com Aristóteles (384-322 a.C.), a atribui a Adam Smith (1723-1790) e diz que esse “mito” é importante porque, para Smith, essa “vontade” de trocar foi o que levou à divisão do trabalho e à civilização (p. 25). Demonstrando, mais uma vez, não entender as vantagens da divisão do trabalho (p. 29), traz o exemplo dos Nambiquara para afirmar que raramente se observam trocas “comerciais” em sociedades primitivas. E aqui temos outro dos graves problemas com Graeber: ele parece acreditar que os arranjos sociais dos nossos antepassados foram iguais aos arranjos dos povos primitivos de hoje. Ora, isso evidentemente é um erro, pois caso fosse assim, ainda hoje seríamos primitivos; se nossos antepassados faziam tudo igual aos povos ainda hoje primitivos, como a nossa sociedade evoluiu e a deles não?

Mas, voltando à falta de reconhecimento pelo valor da divisão do trabalho, é esse tipo de sociedade ineficiente e violenta, sem falar com mínima divisão do trabalho e pobreza absoluta como a dos Nambiquara que o autor tem a oferecer, ao invés da sociedade que temos hoje? A ineficiência econômica das

trocas por “presentes” é patente e certamente explica, em boa medida, por que esses povos que as praticam continuam primitivos.

Deixando-se levar por outro preconceito comum à esquerda, de pensar que honestidade intelectual não existe, Graeber afirma que os economistas resistem à ideia de que a origem do dinheiro a partir das trocas é um mito porque sem isso não haveria a disciplina da Economia (p. 32). Nesse caso, faltou imaginação para Graeber, pois mesmo nessas sociedades primitivas que descreve como destituídas de trocas comerciais, mas somente trocas rituais, de presentes, há uma racionalidade econômica (baixa, mas há) e com ferramentas de análise econômica é possível melhor entendê-las (e criticá-las); portanto, aqui não há risco para a Economia, como disciplina científica!

Porém, vamos partir da afirmação de que nunca existiu uma sociedade baseada na troca (p. 33). A análise de Menger explica que as trocas são tão inconvenientes que não é de se surpreender que nunca se tenha encontrado isso. Esses rituais a que o autor se refere são maneiras *ineficientes* de minorar aquele grande inconveniente. Nesse sentido, é razoável dizer que não existe uma sociedade com divisão do trabalho minimamente complexa baseada na troca e esses exemplos de sociedades primitivas com trocas diretas que Graeber menciona são sociedades com mínima especialização do trabalho e organizadas, elas sim, de forma violenta e/ou mística. A tese de Menger para a origem da moeda é uma aplicação do que depois veio a ser conhecido como *Catalática*⁴, como parte da *Praxeologia* (ciência do comportamento humano). Há diversas maneiras de organizar a produção e a distribuição de bens necessários, úteis e prazerosos para uma vida humana, e essas socie-

⁴ De acordo com Friedrich August von Hayek (1899-1992), *Catalática* é uma palavra etimologicamente derivada do verbo em Grego “*katallattein*”, o que significa não somente “trocar” mas também “admitir na comunidade” e “transformar de inimigo em amigo” (HAYEK, Friedrich A. **Law, Legislation and Liberty**. Chicago: University of Chicago Press, 1976. p. 108).

dades que se encontram no meio da floresta, e correm o risco de transformarem qualquer episódio de aquisição de bens em uma batalha campal, na esperança de obter aquilo que outras tribos têm acesso e elas não, é simplesmente um jeito ineficiente de obter esses bens. A tese de Menger, para qualquer pessoa que não esteja bloqueada por seus preconceitos ideológicos e motivada a usar sua pesquisa para avançar uma causa política contrária ao ideal de uma sociedade aberta, nada mais é do que o reconhecimento axiomático de que trocas indiretas são mais eficientes que trocas diretas e que, cedo ou tarde, as pessoas vão adotá-las. Dito de outra maneira, os que as adotam prosperam e os que não as adotam permanecem na idade da pedra.

Graeber reconhece que sem dinheiro não haveria a complexa divisão do trabalho que temos hoje (p. 45), mas que os economistas, a começar por Adam Smith, minimizam o papel do governo para que isso acontecesse, e que tal divisão ocorreria graças à decisão de estabelecer uma moeda lastreada na prata na Inglaterra do tempo de Smith e que essa visão se tornou universalmente aceita e fez com que outros, como Mitchel-Innes que veem o dinheiro como crédito passassem a ser vistos como lunáticos. Afirma, então, que a teoria creditícia da origem do dinheiro “*tem de ser verdade*” (p. 46), pois ter ouro como moeda e papel é a mesma coisa, porque no fundo, o que importa é a confiança de que outras pessoas vão aceitar aquele instrumento nas suas trocas. Ora, há aqui duas questões diferentes, uma é a ideia de confiança, que está correta em tese, mas isso não quer dizer que, na prática, a confiança no ouro ou no papel-moeda seja a mesma e, segundo, a ideia de liquidez (do meio escolhido para intermediar as trocas), que falta completamente na história que o autor conta.

Em seguida (p. 48), Graeber faz referência a Knapp, ao conceito de dinheiro imaginário proposto por Luigi Einaudi (1874-1961) e à ideia central dos Cartalistas de que qualquer coisa que o Estado defina como dinheiro seja dinheiro. Mais uma vez, há aqui uma confu-

são de ideias, pois como disse Menger, qualquer coisa que é geralmente aceita é dinheiro, e como explicado por Einaudi, se há uma unidade de conta abstrata, é possível aceitar diferentes meios de troca, mas isso não elimina a necessidade de meios de troca. Mostrando que deve ter faltado à aula sobre as teorias acerca do *valor* da moeda, Graeber parece desconhecer que o Estado não pode definir o valor que as pessoas vão dar ao dinheiro que aceitam. Ele pode influenciar, como por exemplo, aceitando o dinheiro que produz como instrumento para pagar impostos, criando então uma “utilidade” mesmo para pedaços de papel pintado, mas não pode determinar o valor subjetivo que os agentes vão perceber nessa “utilidade”.

Ainda com referência aos Cartalistas, Graeber diz que teoria estatal da origem da moeda é anátema para economistas na tradição de Smith (p. 50), como se tal teoria não houvesse se tornado a teoria predominantemente aceita entre economistas pelo menos desde que as teorias keynesianas se tornaram a corrente dominante no pensamento econômico! Inclusive Graeber cita as pesquisas de John Maynard Keynes (1883-1946) sobre a origem do dinheiro na Mesopotâmia e afirma que se um não parte de axiomas, a única conclusão possível é que a teoria estatal da origem do dinheiro está certa. Também diz, citando Keynes, que independente da origem do dinheiro, pelos últimos 4 mil anos este tem sido criado pelo Estado. Então, subitamente Graeber se pergunta: – Se imposto não é extorsão e os governantes não são mafiosos, o que justifica a teoria creditícia da origem do dinheiro? (p. 55). E diz que os que adotam essa teoria não têm uma visão tão cínica do Estado. Pensa existirem duas respostas a essa pergunta: uma é que o governo ganha legitimidade por prestar serviços, como defesa e o bem-estar, e a outra é a tal “teoria primordial do débito”. Essa “teoria primordial do débito” é a ideia que o Estado usa impostos para criar demanda pelo dinheiro que ele mesmo produz, que o Estado é o “guardião” dos débitos privados e que o débito está na origem

da própria sociedade. Afirma candidamente, para minha surpresa, que a origem dessa teoria foi a criação do Euro e o esforço do BCE e do governo alemão de impor disciplina monetária e fiscal na CE sobre o Estado do bem-estar e, por isso, esses “teóricos” surgiram para justificar uma posição contrária a essas políticas...

Aqui volto a me reconciliar com o Graeber libertário/anarquista, quando ele afirma que os teóricos do débito primordial não são consistentes, pois o que querem é justificar a estrutura social existente (p. 69). Graeber então atribui a Augusto Comte (1798-1857) o pioneirismo na ideia de que as pessoas nascem em débito para com a sociedade. Nisso o autor se apresenta como um crítico da teoria do débito primordial e a associação que estabelece entre tal teoria e o Positivismo é extremamente importante. Na página 71, Graeber diz que a teoria do débito primordial está presente no socialismo e no nacionalismo, ainda que afirme ser uma dicotomia falsa dizer que ou nascemos como indivíduos autônomos ou como parte do Estado, pois Estado e mercado não podem viver um sem o outro. De todo modo, é muito interessante o reconhecimento que a tese é coletivista, interessante a ideia (implícita) de que sem a organização da sociedade de forma espontânea por intermédio de mercados não existiriam Estados que pudéssemos reconhecer como tais hoje em dia. Em resumo, para Graeber o “mito” da troca e o “mito” da dívida primordial são dois lados da mesma moeda. E baseado nesse aparato teórico, propõe que os ciclos da história da Eurásia entre dinheiro fiduciário e metálico seriam (p. 214): (a) 3.500 a.C.-800 a.C. (crédito); (b) 800 a.C.-600 A.D. (moedas); (c) 600-1450 (crédito); (d) 1450-1971 (moedas); e (e) 1971-hoje (crédito). Ao explicar a origem da moeda cunhada por volta de 800 a.C., Graeber alega, citando David Schaps, que a cunhagem começou com o “desentesouramento” ocasionado por guerras e a vontade dos soldados de ter coisas leves e valiosas para carregar como saque (p. 226). Que, nessa época, se organizaram os primeiros exércitos profissionais. Pergunto-

-me porque não creio que a sofisticação da sociedade levou à maior divisão do trabalho e, portanto, começou a fazer sentido aos soberanos pagar com dinheiro os serviços que estavam interessados em obter e não manter mais relações de servidão? Pois poderiam querer obter serviços de uma multiplicidade de pessoas que não eram seus servos e também não estavam organizados em um Estado vassalo, ou algo assim. Até mesmo a ideia de mercenários não é excludente, e julgo até ser mais que complementar, pois faz parte da mesma história da divisão do trabalho que estou enfatizando.

Minha reconciliação com Graeber não dura muito, no entanto. Já na página 332, o autor afirma que a história do capitalismo é a história de como relações comunitárias e pessoais se tornaram impessoais e frias pela ação do Estado. Sinceramente, não sei se aí ele é ingênuo em idealizar um comunitarismo de pequenas unidades ou se está sendo cínico em seu ataque ao capitalismo. Em todo caso, a premissa de que a garantia dos contratos é uma intervenção estatal é o que lhe permite fazer essa “construção teórica” mirabolante...

Em seguida, afirma que Adam Smith está errado na famosa passagem da *Riqueza das Nações*⁵ sobre o autointeresse do açougueiro e do padeiro (p. 335), mas o argumento dele para dizer isso é que o padeiro vendia fiado!! Ora, o autointeresse do padeiro não tem relação alguma com venda a crédito ou não! Ele vende a crédito *porque* isso é do seu interesse!!! Na verdade, o autor diz que Adam Smith inventou que o padeiro agia em interesse próprio do mesmo modo como inventou a história sobre a origem do dinheiro (p. 334), pois isso permitiu a Adam Smith ignorar a importância da benevolência e da maleficência nas relações econômicas (e sociais). Simplesmente não acredito que alguém possa dizer isso do autor de a *Teoria dos Sentimentos Morais*!!

⁵ SMITH, Adam. *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Ed. R. H. Campbell and A. S. Skinner. Indianapolis, Liberty Fund, 1981. I.ii.2. p. 26-27.

Outro equívoco que não posso deixar de mencionar está na página 337, onde diz o autor que a “diminuição do conteúdo metálico da moeda” “se tornou uma questão moral” somente na época de Adam Smith – pelo visto, ele nunca leu Nicolas Oresme (1323-1382) ou os escolásticos tardios espanhóis... Na mesma página, tenta fazer a quadratura do círculo ao se perguntar como a época em que, segundo ele, estaria havendo o resurgimento da moeda de ouro e prata (por volta de 1450) em substituição ao crédito, também fosse a

época em que mais crescesse o crédito... Na verdade, nesse particular revela que, para ele, a ideia de valor da moeda não é somente o metalismo, mas uma concepção de metalismo “intrínseco”.

Termino essa resenha como a comecei. Apesar dos muitos erros fáticos e das muitas conclusões equivocadas do autor, reconheço a importância do livro como um apanhado da discussão sobre a natureza da moeda e a validade dessa discussão para nos ajudar a compreender os problemas monetários atuais. ∞

Leonidas Zelmanovitz

Fellow do Liberty Fund

Mestre em Economia Austríaca e Doutor em Economia Aplicada pela Universidad Rey Juan Carlos

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

lzelmanovitz@libertyfund.org